

GLOBALIZAÇÃO, BLOCOS ECONÔMICOS E OS REFLEXOS NO CENÁRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA.

Creonilda Inácia de Oliveira Duarte¹ Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²

1 – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade do Vale do Paraíba
Av. Shishima Hifumi,nº2911 – Urbanova-CEP:12244-000 – São José dos Campos-SP-Brasil,
creonilda@uol.com.br

2 – Professor assistente Doutor – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade do Vale do Paraíba
Av. Shishima Hifumi,nº2911,Urbanova-CEP:12244-000-São José dos Campos-SP-Brasil
Edson@vdr.cta.br / edsonaqaq@universiabrasil.net

Palavras-chave: Globalização, Mercosul e Brasil
Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas.

RESUMO

Diante das grandes transformações econômicas que aconteceram e ainda estão acontecendo na economia mundial, este trabalho irá apresentar alguns fatos marcantes na economia brasileira na década de 90, começando pelo processo de globalização, iniciado no final da segunda metade do século vinte, passando pela abertura da economia no governo Fernando Collor em 1990, com o plano Collor I II, passando pela criação de real em 1994 e a formação do bloco econômico do mercosul, verificando se esse processo de regionalização está fazendo com que a economia brasileira aumente ou não seu crescimento.

2. INTRODUÇÃO

O processo de globalização que está se desenvolvendo nos dias de hoje, pode ser entendido como um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que vem acontecendo nas última décadas. O ponto central da mudança é a integração dos mercados numa aldeia – global, explorada pelas grandes corporações internacionais. Os estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias para proteger sua produção da concorrência dos produtos estrangeiros e abrem – se ao comércio e ao capital internacional. Esse processo tem sido acompanhado de uma intensa revolução nas tecnologias de informação. As fontes de informação também se uniformizam devido ao alcance mundial e à crescente popularização dos canais de televisão por assinatura e da internet. Isso faz com que os desdobramentos da globalização ultrapassem os limites da economia e comecem a provocar uma certa homogeneização cultural e de padrões de consumo entre os países.

Do ponto de vista comercial, a globalização trata da expansão dos fluxos do comércio, num clima de grande disputa internacional, tornando a competitividade o principal fator para a escolha das políticas econômicas nacionais a serem tomadas. Pelo lado financeiro, a globalização se define pela grande expansão dos fluxos financeiros internacionais, causados pela tendência desregulamentação financeira ocorrida na maioria dos países, e também pelo avanço da internacionalização da produção de serviços financeiros e a liberalização cambial.

A visão produtiva da globalização está ligada ao incremento dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos às estratégias das empresas transacionais e ao processo de reestruturação empresarial para fazer frente a este mercado, que está ficando cada vez mais competitivo. Ao longo do século xx, a globalização do capital foi conduzido à globalização da informação e dos padrões culturais e de consumo. Isso deveu – se não apenas ao progresso tecnológico, intrínseco à revolução industrial, mas e, sobretudo ao imperativo dos negócios. A grave crise de 1929 teve tamanha amplitude justamente por ser resultado de um mundo globalizado, ou seja, ocidentalizado, face à expansão do capitalismo. Ao

entrarmos nos anos 80/90, o capitalismo, definitivamente hegemônico com a ruína do chamado socialismo real, ingressou na etapa de sua total euforia triunfalista, sob o rótulo de neoliberalismo. A classe trabalhadora, debilitada por causa do desemprego, resultante do maciço investimento tecnológico, e baixo crescimento das economias, ou está jogada no desamparo, ou foi absorvida pelo setor de serviços, uma economia fluida e que não permite a formação de uma consciência de classe. O desemprego e o sucateamento das conquistas sociais de outros tempos, duramente obtidas, geram a insegurança coletiva com todas as suas mazelas, em particular, o sentimento de impotência, a violência, a tribalização e as alienações de fundo místicos ou similares. No momento presente, inexistem abordagens racionais e projetos alternativos para as misérias sociais, o que alimenta irracionalismos à solta. A informação mundializada de nossos dias não é exatamente troca: é a sutil imposição de hegemonia ideológica das elites. A alta tecnologia, que deveria servir a felicidade coletiva, está servindo a exclusão da maioria. Assim, não adianta muito exaltar as conquistas tecnológicas crescentes, importa questionar a quem elas servem. A informação global é a manipulação da informação para servir aos que controlam a economia global. E controle é dominação. Paralelamente à exclusão social, temos o individualismo narcisístico, a ideologia da humanidade descartável, o que favorece a cultura do efêmero, do transitório da moda. De resto, se o trabalho foi tornado desimportante no imaginário social, ofuscado pelo brilho da tecnologia e das propagandas que escondem o trabalho social detrás de um produto lustroso, pronto para ser consumido, nada mais lógico que desvalorizar o trabalhador e por extensão, a própria condição humana. Nunca tivemos tantas informações, mas nunca essas informações foram tão direcionadas e controladas.

ANTECEDENTES DO MERCOSUL

Há quinhentos anos, portugueses, espanhóis e os primeiros habitantes desta terra começaram a construção das bases de uma comunidade cultural, política e econômica que, através dos anos, buscou maneiras de manifestar ao mundo seu riquíssimo potencial. A primeira tentativa de um projeto foi em 1909, quando um grupo de políticos e empresários da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai propuseram a criação da União Aduaneira do Sul, que acabou não se concretizando, mas refletiu em uma iniciativa alemã em 1929 de criar a União Aduaneira da Europa. Os primeiros acordos de uma união entre os países da região aconteceram em 1960, com a

criação latino – americana de livre comércio (ALALC), que vinte anos mais tarde se transformou em ALADI. A ALADI que unia Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, tinha um desejo em comum de promover um processo convergente, que conduzisse a um mercado comum regional. Pensou – se na criação de uma zona de preferência tarifária regional observando especialmente os interesses dos países de menor desenvolvimento relativo e estimulando a celebração de acordos bilaterais ou sub – regionais, pelos quais os países desenvolvidos poderiam aprofundar as concessões feitas globalmente, desde que se permitisse a adesão de outros estados integrantes da ALADI. Diversos problemas dificultaram que se atingisse a plena liberalização do comércio regional, principalmente os reflexos negativos que a conjuntura recessiva dos anos 80 tiveram no continente, agravado pelo problema da dívida interna dos três países de maior grau de desenvolvimento, (Brasil, Argentina e México). A permissão feita para a criação de sistemas sub – regionais de integração e o estímulo à celebração de acordos bilaterais representou um importante passo para a aproximação econômica dos países envolvidos, como o pacto Andino.

Em julho de 1986, em uma criativa redefinição dos objetivos regionais de política externa, foi assinada a Ata para integração argentino – brasileira, que instituiu o programa de integração e cooperação econômica, cujo objetivo era propiciar um espaço econômico comum, com a abertura seletiva dos respectivos mercados e o estímulo à complementação de setores específicos da economia dos dois países, baseada nos princípios de gradualidade, flexibilidade, equilíbrio dinâmico e simetria, de modo a permitir a adaptação progressiva dos setores produtivos atingidos pelas novas condições de competitividade.

Os resultados promissores das medidas então tomadas, levaram à celebração em 1988 do tratado de integração, cooperação e desenvolvimento, pelo qual os países expressavam o desejo de constituir no prazo de dez anos, um espaço econômico comum, por meio da liberalização integral do intercâmbio recíproco, para o que se celebravam vinte e quatro protocolos específicos, em áreas como bens de capital, trigo, produtos alimentícios, industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear, biotecnologia, etc...

Um novo e decisivo impulso foi dado com a assinatura, em 6 de julho de 1990, pelos presidentes do Brasil, da Argentina, que fixou data de 31 de dezembro de 1994, para a conformação definitiva do mercado comum entre os dois países. Como era de se esperar, uma iniciativa de tal alcance repercutiria

nas economias dos demais países da sub – região. Assim sendo, os governos do Paraguai e Uruguai manifestaram seu interesse na inserção no processo de integração bilateral pelo tratado de Assunção, firmado pelos quatro países, hoje integrantes do MERCOSUL (mercado comum do sul).

CRIAÇÃO DO MERCOSUL

A evolução dos acontecimentos demonstra a maturidade da idéia de integração da América Latina, que não pode ficar inerte, assistindo à criação de blocos econômicos pelos países desenvolvidos. Por outro lado, a condução prudente do processo de integração sub – regional mostrou um modo eficaz de se conduzir à união econômica definitiva de todo o continente, iniciando – se por países próximos geografia e historicamente para expandir –se com a adesão de outros, na medida em que foram se consolidando os avanços programados. Embora tais objetivos não estejam expressos no tratado de Assunção, a posição oficial dos países era de que o objetivo comum que os levou a celebra – lo, consiste em buscar uma integração mais competitiva das economias dos quatro países em um mundo em que se consolidam grandes espaços econômicos e onde o progresso técnico se torna cada vez mais essencial para o êxito dos planos de investimentos.

Busca – se igualmente favorecer as economias dos países membro, que deverá conduzir à integração global da América Latina, busca – se também balizar as ações dos setores privados, que deverão ser os principais motores da integração. Como consta no Tratado de Assunção, com a constituição do Mercosul os estados desejavam promover o desenvolvimento científico e tecnológico, modernizando suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis a preservação do meio ambiente, o melhoramento da interconexão física, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio.

O Mercosul não se pretende um bloco fechado, pois as políticas externas dos quatro países são unânimes em condenar o protecionismo. Da mesma forma, não se pretende, com ele, voltar as costas para o mundo. Antes pelo contrário, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai esperam, pela concentração de esforços e pela defesa integrada de interesses comuns, estimular o crescimento de dentro para fora, alcançando assim maior participação no mercado internacional.

No que tange especificamente à economia interna, as palavras de ordem do Mercosul são: economia de custos, racionalização da produção, cooperação

empresarial, livre concorrência e melhor aproveitamento dos recursos. Para os agentes econômicos e consumidores isso representa maior liberdade e variedade de opções, menor dependência externa, melhores oportunidades no comércio internacional, preços competitivos e o fim de cartéis e cartórios.

Atingir plenamente esses objetivos significa também reformar velhas estruturas e abrir as mentalidades ao novo horizonte que se desenha. Abandonando a letargia e o pessimismo estéril que foram tão prejudiciais, impulsionados por essa nova idéia de união, poderemos vencer o desafio e construir uma nova América mais justa e próspera.

Quadro1

País	PIB em US\$	Renda per capita em US\$	Exportações em US\$	Importações em US\$
Argentina	289 bi	8500	20,9 bi	19,9 bi
Brasil	637 bi	4633	46,6 bi	49,6 bi
Paraguai	7,7 bi	1617	1 bi	360,5 mi
Uruguai	15,6 bi	3910	9,2 bi	5,9 bi

BRASIL

As exportações brasileiras são diversificadas, no tocante ao tipo de bens produzidos e de mercado consumidor. A União Européia, os Estados Unidos e o Mercosul são os maiores compradores de produtos brasileiros. Nas vindas externas, cerca de um terço dos ganhos provém do comércio de produtos primários. A taxa de crescimento das exportações brasileiras é fortemente influenciada pela variação dos preços internacionais, os quais, por sua vez são afetados pela capacidade de o Brasil suprir o mercado externo com determinados produtos. No entanto, o Brasil depende indiscutivelmente de investimentos na infra-estrutura industrial para a produção de bens mais sofisticados. A implantação de programa de privatização, tem provocado impacto na base industrial brasileira, em particular nos subsetores metalúrgico e petroquímico.

Podemos destacar dois fatos que apontam para uma nítida melhora no comércio exterior: o crescimento da exportações de manufaturados e a recuperação de mercados externos. A média diária de exportações de produtos manufaturados, em abril de 2000 foi de 22% maior que abril do que o ano anterior. As importações crescerão com a reativação da produção industrial e também, nos próximos anos, as remessas de dividendos, o que exigirá aumentos cada vez maiores nas receitas de exportações. A economia brasileira passou por várias transformações durante a década de noventa, tendo como principais características a

abertura da economia a partir do governo do Fernando Collor em 1990. Desde então, foram tomadas as primeiras decisões, como a eliminação das barreiras não-tarifárias as importações, também foi anunciado um programa de redução de tarifas e ocorreram mudanças na legislação sobre fluxos de capital, permitindo uma maior abertura financeira (Quadro 2). As tabelas a seguir demonstram os valores do Comércio Exterior Brasileiro entre os anos de 1990 –1999.

Quadro 2 - Importações do Brasil por países de origem (em milhões de dólares)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Argentina	1.400	1.614	1.721	2.646	3.661	5.570	6.775	8.111	8.033	5.812
Paraguai	328	219	187	277	352	514	551	528	349	260
Uruguai	578	434	340	429	568	737	931	979	1.042	647
Países Andinos	570	701	544	600	830	1.214	1.446	1.511	1.133	1.394
Bolívia	34	22	17	18	23	31	61	27	22	23
Colômbia	30	53	56	59	61	102	106	126	105	176
Equador	6	7	19	27	9	47	51	28	33	33
Peru	132	118	157	126	186	211	259	290	217	189
Venezuela	368	501	295	370	551	823	969	1.040	756	974
Chile	485	494	478	438	592	1.092	918	995	817	714
México	190	204	347	297	323	812	946	1.187	983	618
EUA	4.400	4.938	4.932	5.945	6.674	10.300	11.682	14.138	13.695	11.871
Europa	4.265	4.683	4.577	5.667	8.384	12.708	14.088	16.349	16.849	14.989
China	168	62	50	137	463	1.039	1.128	1.188	1.034	865
Ásia	58	101	61	134	397	747	795	1.114	1.179	932
Japão	1.252	1.219	1.150	1.519	2.412	3.278	2.756	3.595	3.277	5.576
Resto do Mundo	6.842	6.372	6.167	7.371	8.422	11.572	11.270	11.652	9.321	8.532

Todas essas decisões contribuíram para que o Brasil conseguisse aumentar o seu volume nas transações comerciais, principalmente o volume das exportações, que mais tarde ficou provado com a criação do Mercosul, inicialmente com a presença do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Após sete anos da implantação do Mercosul, podemos concluir que principalmente para o Brasil essa integração entre os países foi muito lucrativa, mesmo que em alguns instantes essa união tivesse momentos de instabilidade. Um outro grande fator que marcou a economia do Brasil na década de 90, foi o processo de privatização (item 2.1), que novamente voltava a crescer no país, mesmo com a opinião contrária de grande parte da população. Um fator de fundamental importância nesta década de 90, foram os planos econômicos adotados durante este período, Plano Collor (item 2.2) e o Plano Real (item 2.3).

PLANO COLLOR

Em 1990, assumiu a presidência da república Fernando Collor de Melo, substituindo José Sarney, e foi mais um presidente com a missão de acabar com a inflação que já se encaminhava para a hiperinflação. As causas dessa aceleração inflacionária eram conhecidas, eram elas o déficit público, a expansão monetária excessiva, indexação generalizada (preços, câmbio, salários, ativos financeiros, etc), a ineficiência estatal e um excessivo protecionismo às indústrias domésticas.

As tentativas heterodoxas de combate à inflação do governo Sarney não obtiveram o seu sucesso esperado, levaram a crença de que os insucessos obtidos nas políticas anteriores eram decorrentes da elevada e crescente liquidez dos ativos financeiros não monetários. Para combater à inflação, a ministra Zélia Cardoso de Melo juntamente com sua equipe econômica adotou medidas que em curto prazo derrubassem a inflação a qualquer custo.

Os mecanismos de indexação dos contratos e dos ativos financeiros foram mantidos. O confisco da liquidez foi a grande âncora do plano Collor, pois reduzindo o dinheiro da economia, acabaria com a excessiva liquidez e assim diminuindo a demanda se atingiria um nível em que a oferta e a demanda se igualassem, diminuindo a inflação. O impacto imediato dessa atitude foi uma completa desestruturação do setor produtivo, houve um corte nas encomendas, demissões, a produção quase foi totalmente paralisada, férias coletivas, redução nas jornadas de trabalho, redução dos salários, atraso no pagamento das dívidas, expansão no volume e no prazo dos créditos comerciais, desenvolvimento de meios de pagamento alternativos e deflação.

Como resultado, num primeiro momento a inflação caiu de 84% para em torno de 10% em maio de 1990, mas depois voltou a subir e chegar a 20% em Janeiro de 1991. Esse aumento da inflação pode ser associado à pressão para a liberalização dos cruzados, e o Banco Central começou a devolver os cruzados por meio das chamadas "torneirinhas" e o que levou a uma grande expansão da liquidez nos meses seguintes. Os objetivos do Plano Collor não foram alcançados, além da causa da pressão pela liberalização dos cruzados, foi também pela falta do ajuste fiscal nos Estados e Municípios, da recessão e do conflito distributivo.

Com o fracasso, houve uma mudança no ministério, saiu Zélia Cardoso e entrou Marcílio Marques Moreira. O plano Collor II visava uma maior preocupação com a negociação da dívida externa e uma maior reaproximação do país com o sistema

financeiro internacional. Uma das medidas tomadas no plano Collor foi um novo congelamento de preços e salários e uma forte elevação das tarifas públicas e a criação da TR (Taxa Referencial de Juros). As tentativas de emergência anteriores, a inflação voltou a subir no final do ano, atingindo 22,1%. Apesar do panorama externo ser favorável, a situação interna do país não ajudava, pois com denúncias de corrupção no governo, ocasionou no impeachment de Collor criando uma crise política, e o vice – presidente Itamar Franco assumiu o governo.

PLANO REAL

Com o impeachment de Collor e a posse de Itamar Franco, houve uma troca – troca de ministros na área econômica, até que o então senador Fernando Henrique Cardoso assumiu o ministério da fazenda. O início da gestão FHC foi o que se pode dizer do embrião da nova moeda brasileira que se encontra em vigência até hoje, o real. O plano de estabilização econômica, ou Plano Real como ficou conhecido, consistiu em três etapas.

A primeira foi a fase chamada PAI (Plano de Ação Imediata), pois o país se encontrava em uma situação em que o governo teria que reduzir os gastos da união e aumentar a sua eficiência, recuperando a receita tributária, equacionando as contas dos estados e municípios.

A segunda fase do plano foi preparatória para quebra dos mecanismos de indexação, mas no início o governo procurou conduzir a economia para uma fase de super indexação, ou seja, os preços foram fixados em URV (unidade real de valor), esse indexador foi criado para que houvesse o alinhamento dos preços, esse indexador acompanhava a cotação diária do dólar. Os salários também foram fixados em URV como também as aplicações financeiras.

Concluídas essas duas primeiras fases, o próximo passo era a introdução da nova moeda. Em 1º de julho de 1994 a nova moeda chamada real foi introduzida na economia, o indexador se transformou em moeda, onde os preços que estavam em URV passaram a valer o mesmo valor só que em real.

Com a vitória nas urnas, FHC deu continuidade ao que vinha sendo feito até 1994. O real teve na fase do primeiro mandato de FHC, uma ancora cambial, onde a taxa de câmbio estaria sob regime flexível só que para baixo. Os planos econômicos no Brasil na década de noventa, são de fundamental importância para que se possa entender o desenvolvimento do mercado brasileiro, interno e principalmente externo.

A situação econômica do Brasil durante a década de noventa oscilou bastante. No início, com o governo de Fernando Collor a economia brasileira teve sua primeira mudança, começou a abrir seus mercados, aumentando o volume de transações das importações e exportações e também aumentando o volume dos Investimentos Diretos Estrangeiros, IDE. De 1990 à 1994, a balança comercial do Brasil manteve-se com o saldo positivo. Neste período, foi implantada a nova moeda brasileira, o Real, que estava equiparada ao dólar, mas essa situação não durou por muito tempo, e mesmo com a criação do Mercosul, que tirou as tarifas alfandegárias entre os países membros, a economia não conseguiu se manter no mesmo ritmo da economia americana e então não foi possível evitar a desvalorização do Real. A partir desse ponto, a economia brasileira parou de crescer, e isso pode ser facilmente percebido com os saldos da balança comercial nos cinco anos seguintes que despencou, ficando negativa.

CONCLUSÃO

O impacto dos efeitos da globalização tem causado opiniões contrárias em diversos lugares do mundo, principalmente em países em desenvolvimento sobre a globalização. Muitos governistas acreditam que da maneira em que o processo de globalização está sendo conduzido, está aumentando ainda mais a diferença entre os países desenvolvidos e sub-desenvolvidos. Podemos comprovar este fato entre o Brasil e a Argentina, que são os principais países deste bloco econômico. Na Argentina é possível perceber que devido a crise atual as pessoas estão perdendo seu poder de compra com a desvalorização da sua moeda. A população está tendo que mudar seu padrão de vida e outras estão indo para outros países como o próprio Brasil, Estados Unidos, e os países da Europa, que possuem uma economia mais estável. Para a economia brasileira, o processo de globalização e a formação do Mercosul está trazendo bons resultados, mesmo não sendo o esperado, é bem verdade que a economia mundial também reduziu seu crescimento nos últimos anos. Nas últimas décadas, a economia do Brasil vem passando por várias mudanças, iniciou-se com a política de privatizações ocorrida no início da década de 1970, e que continuou com o governo Fernando Collor. No início todos estavam muito otimistas sobre a criação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, pois o Brasil sendo a maior potência deste bloco e tendo aberto sua economia, a expectativa era de que a economia brasileira começasse a crescer cada vez

mais, junto com os outros países do Mercosul. De acordo com os dados apresentados no quadro 1, que demonstra todo o volume das transações de exportação e importação dos países do Mercosul entre 1990 à 1999 com todos os mercados do mundo, podemos observar que após a implantação do Mercosul o saldo da balança comercial dos quatro países integrantes diminuiu. Vários fatores contribuíram para que o resultado esperado não fosse atingido, como as crises externas da Ásia, da Rússia e a mais recente, da Argentina, que reflete diretamente na economia brasileira, pois além de fazerem parte do mesmo bloco econômico, são países que estão em crescimento e que dependem comercialmente um do outro. As crises que ocorreram internamente neste período também refletiram diretamente no desenvolvimento da economia. Como a estagnação da economia não é exclusivamente um problema do Brasil, mas sim do mundo todo, o Brasil terá dificuldades em reverter esse quadro pois os outros países diminuiram suas importações com o Brasil causando conseqüentemente o déficit da balança comercial brasileira. Portanto, é possível verificar que com o impacto da globalização, os resultados obtidos para a economia brasileira não foram os esperados, o

Sites na Internet:

www.bndes.gov.br

www.cni.org.br

www.fazenda.gov.br

www.fgv/cpdoc/mercosul/mercosur.htm

www.ipea.org.br

www.mercosul.gov.br

que faz necessário se pensar em uma reformulação para que assim a economia brasileira possa voltar a crescer e ter um saldo positivo em sua balança comercial.

Bibliografia

Giambiagi; Fábio. Moreira; Maurício Mesquita. A Economia brasileira nos anos 90. BNDS 1ª edição 1999.

Lacerda; Antônio Corrêa de. O impacto da globalização na economia brasileira. Editora Contexto 4ª edição, 1999.